



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNVIC**



**Claudemir Alberto do Espírito Santo**

**Stéfanie Epiphany Prado da Silva**

**INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM  
ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO**

**Pindamonhangaba - SP**

**2021**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNVIC**



**Claudemir Alberto do Espírito Santo**

**Stéfanie Epiphanio Prado da Silva**

## **INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO**

Trabalho apresentado como parte dos requisitos para obtenção do Diploma de Bacharel do Curso de Educação Física do Centro Universitário UniFUNVIC.

Orientador: Prof. Me. Roberto Rocha Costa

**Pindamonhangaba - SP**

**2021**

Silva, Stéfanie Epiphonio Prado; Santo, Claudemir Alberto do Espirito

Inclusão social de pessoas com deficiência em academias de musculação / Silva, Stefanie Epiphonio Prado; Santo, Claudemir Alberto do Espirito / Pindamonhangaba-SP : UniFUNVIC Centro Universitário FUNVIC, 2021.

9f. : il.

Artigo (Graduação em Educação física Bacharel) UniFUNVIC-SP. Orientador: Prof. Me. Roberto Rocha Costa

1 Inclusão social. 2 Acessibilidade. 3 Pessoas com deficiência.

I Inclusão social de pessoas com deficiência em academias de musculação. II Silva, Stefanie Epiphonio Prado; Santo, Claudemir Alberto do Espirito.



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNVIC**



**Claudemir Alberto do Espírito Santo**

**Stéfanie Epiphanyo Prado da Silva**

## **INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO**

Trabalho apresentado como parte dos requisitos para obtenção do Diploma de Bacharel do Curso de Educação Física do Centro Universitário UniFUNVIC.

Orientador: Profº Me Roberto Rocha Costa

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Roberto Rocha Costa, Centro Universitário UniFUNVIC

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Ana Beatriz Fortes de Carvalho, Centro Universitário UniFUNVIC

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Daniel Ribeiro, Centro Universitário UniFUNVIC

Assinatura: \_\_\_\_\_

Este trabalho foi escrito na forma de artigo científico a ser submetido à Revista Eletrônica de Ciências Humanas, cujas normas estão em anexo (ANEXO A ). A parte textual corresponderá ao artigo científico escrito conforme a instrução da revista escolhida, incluindo página de título e autores com suas respectivas vinculações.

# INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO

## SOCIAL INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN BODYBUILDING ACADEMIES

Claudemir Alberto do Espírito Santo<sup>1,\*</sup>, Stefanie Epiphany Prado da Silva<sup>1</sup>, Roberto Rocha Costa<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup> UniFUNVIC Centro Universitário, Pindamonhangaba-SP

<sup>2</sup>Univap- Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos-SP

\**claudemir1235@gmail.com*

### RESUMO

Em 2015 foi instituída pelo Congresso Nacional a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que garante, entre outras coisas, condições de acesso à educação e à saúde e estabelece punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população. Programas de exercícios resistidos, se estruturados corretamente, além de melhorar a capacidade funcional e a qualidade de vida, podem promover diversos benefícios psicológicos e sociais às pessoas com deficiência. Tendo como base esse direito conquistado por essa parcela da população e a questão da saúde, essa pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de inclusão social de pessoas com deficiência nas academias de musculação. Fizeram parte da pesquisa 5 (cinco) academias da cidade selecionada sendo utilizado para coleta de dados um questionário respondido pelos gestores/responsáveis de cada local e uma ficha de observação da infraestrutura. Os resultados apresentam que 100% das academias visitadas já atenderam e possuem atualmente clientes com algum tipo de deficiência, em todas elas o nível de aceitação por parte dos alunos não deficientes em relação aos deficientes e o nível de preparação dos colaboradores foram satisfatórios, já no que diz respeito a infraestrutura, nenhuma das academias visitadas estão totalmente preparadas para receberem clientes com diversos tipos de deficiência. Podemos concluir que mesmo com a lei destinada a assegurar e a promover a inclusão social e cidadania de pessoas com deficiência, ainda existem barreiras enfrentadas por eles ao ingressarem nas academias, pois não apresentaram, de maneira geral um ambiente acessível para alunos deficientes.

**Palavras-chave:** Inclusão social. Acessibilidade. Pessoas com deficiência.

### ABSTRACT

In 2015, the National Congress instituted the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities, which guarantees, among other things, conditions of access to education and health and establishes penalties for discriminatory attitudes against this portion of the population. Resistance exercise programs, if structured correctly, in addition to improving functional capacity and quality of life, they can promote various psychological and social benefits to people with disabilities. Based on this right conquered by this portion of the population and the issue of health, this research aims to analyze the possibility of social inclusion of people with disabilities in bodybuilding gyms. Five (5) gyms in the selected city took part in the research, and a questionnaire answered by the managers/in charge of each location and an infrastructure observation form were used for data collection. The results show that 100% of the gyms visited have already attended and currently have clients with some type of disability, in all of them the level of acceptance by non-disabled students in relation to the disabled and the level of preparation of employees were satisfactory, already in the With regard to

infrastructure, none of the gyms visited are fully prepared to receive clients with different types of disabilities. We can conclude that even with the law designed to ensure and promote the social inclusion and citizenship of people with disabilities, there are still barriers faced by them when entering the academies, as they did not present, in general, an accessible environment for disabled students.

**Keywords:** Social inclusion. Accessibility. People with disabilities.

## INTRODUÇÃO

Segundo Maciel e Cazzaniga (2000), por não ter o conhecimento, a sociedade, em geral, transformam a deficiência em uma doença crônica que atrapalha a vida de quem convive com um deficiente, uma consequência disso é que muitos são deixados sempre em segundo lugar na ordem das coisas por serem considerados incapazes, indefesos e sem direitos. Por isso, em seus estudos, Diniz et al. (2009) afirma que corpos com deficiência são corpos impedidos, ou seja, que normalmente não são capazes de realizar a vivência do dia a dia habitual, mas que não são impossibilitados de ter uma relação social, fazendo assim extinguir a desigualdade entre ambos.

Gaudenzi e Ortega (2016) ressaltam que anos sessenta já havia em diversos países ocidentais alguns movimentos sociais que reivindicavam os direitos de grupos específicos, como mulheres e negros e, neste contexto, a politização das pessoas com deficiências também ganharam força e reconhecimento. Com o passar do tempo, para garantir livre acesso a lugares públicos e seus direitos preservados, foram promulgadas leis que assegurassem esses direitos e integrasse essa população ao meio social.

No Brasil, no ano de 2015, foi instituída pelo Congresso Nacional a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entrou em vigor em janeiro de 2016. Essa Lei garante, entre outras coisas, condições de acesso à educação e à saúde e estabelece punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população (GAUDENZI; ORTEGA, 2016). Assim essa lei trouxe integração e inclusão desse grupo especial em nosso meio, pois mesmo sendo a minoria não quer dizer que podem ou vão ser desrespeitados pela demais parcela da população.

A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, capítulo I do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015),

[...]Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Entre outras coisas, a lei deste estatuto, que se encontra no Título III, Art. 57 da acessibilidade, as edificações públicas e privadas de uso coletivos já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em toda estrutura interna e externa, utilizando como referência as normas de acessibilidade presentes na constituição da lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Enquanto a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004) define acessibilidade, por meio da norma NRB 9050, como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. Essas leis servem para que possamos ter a ciência que estamos vivenciando em nosso dia a dia várias mudanças feitas para o bem estar desses deficientes e sua batalha contra o preconceito. Mas somente isso não é suficiente para promover a inclusão social das pessoas com deficiência.

Favero (2004) define inclusão como: fazer parte, pertencer, trazer para dentro de um grupo alguém que já faz parte dele, é uma ação da sociedade que vem envolver parte dessa mesma sociedade que está excluída por falta de condições adequadas. Neste contexto Pitanga (2004) cita que a inclusão está relacionada aos padrões da normalidade necessitando de superação e compreensão que só acontece quando a sociedade transmite seus conhecimentos e passam a ter uma boa relação com os deficientes.

Programas de exercícios resistidos, se estruturados corretamente, além de melhorar a capacidade funcional e a qualidade de vida, podem promover diversos benefícios psicológicos e sociais às pessoas com deficiência (MUTTI et al. 2010). Neste contexto, as academias de musculação podem ser uma ótima opção para quem quer praticar exercício físico, com o intuito de obter melhorias em seu bem-estar geral.

Apesar de todos os benefícios que proporcionam os exercícios físicos e do Estatuto da Pessoa com Deficiência assegurar e promover a todas as pessoas com deficiência as condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais visando à sua inclusão social e cidadania, ainda são muitas as barreiras encontradas por essas pessoas. Por isso nos questionamos: Será que as academias de musculação estão preparadas para promover a inclusão social de pessoas com deficiência? Se sim, o que tem sido feito para esse fim?



Com objetivo de analisar a possibilidade de inclusão social de pessoas com deficiência nas academias de musculação no município de Pindamonhangaba, buscamos levantar informações sobre se, e/ou como, essas academias estão preparadas para incluir pessoas com deficiência. Assim verificamos se existem alunos com deficiência nas academias, bem como o nível de aceitação por parte de outros alunos (que não são deficientes), a qualificação de profissionais, o quanto estão preparados para atenderem esses alunos com deficiências, além disso, descrevermos as condições de acessibilidade nesses locais e se existem equipamentos adequados ou adaptados para a prática de exercícios desses alunos.

## **MÉTODO**

O local selecionado para pesquisa foi o município de Pindamonhangaba – SP. Para isso, solicitamos junto à Prefeitura Municipal da cidade escolhida, uma lista com as academias cadastradas que possuem Alvará de Licença para funcionamento. A amostra foi selecionada de forma não probabilística por conveniência, utilizando cinco academias de fácil acesso à população, localizadas na região central do município e que estão devidamente registradas ao CREF/SP. A partir disso realizou-se o contato com os profissionais responsáveis pelas academias selecionadas, os quais assinaram uma carta de autorização concordando em participar da pesquisa.

Para coleta de dados, foi utilizada uma ficha de observação da infraestrutura das academias selecionadas, baseado nos quesitos de Lima et al. (2018). Para isso, foi feita uma adaptação utilizando informações dos dois trabalhos. Também foi utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário composto por questões fechadas e abertas ajustado a partir de Amorim et. al (2011), elaborado para identificar aspectos relacionados ao atendimento, serviços oferecidos e o comportamento de alunos não deficientes. Gestores/responsáveis pelas academias, após assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, responderam esse questionário, pois somente a avaliação da infraestrutura, não daria a amplitude de informações que nos permitiria discutir sobre a inclusão social. Após aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa (sob o registro número 4.897.227), tal coleta de dados iniciou-se com o agendamento dos dias e horários para responder o questionário e também para observação da infraestrutura, previamente autorizada pelos gestores/responsáveis para realizarmos a vistoria local e fazermos o levantamento das informações enquanto o questionário era respondido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Infraestrutura

Tabela 1 - Nível de acessibilidade (observação da infraestrutura) para deficientes físicos, visuais e auditivos nas academias pesquisadas.

QUESITOS		ACADEMIA					
		1	2	3	4	5	%
<b>Acesso a porta de entrada</b>	Com degraus						0%
	Com rampa			X	X		40%
	Com degraus e rampa		X				20%
	Sem degrau e sem rampa	X				X	40%
<b>Portas amplas e sem barreiras físicas</b>		X	X		X	X	80%
<b>Corrimão com placas em braile</b>							0%
<b>Áreas de circulação internas amplas para deslocamento</b>		X	X		X	X	80%
<b>Espaços adequados para deslocamento entre equipamentos</b>		X	X	X	X	X	100%
<b>Acesso entre ambientes</b>	Com degraus		X	X			40%
	Com rampa						0%
	Com degraus e rampa						0%
	Sem degrau e sem rampa	X			X	X	60%
	Não há outros ambientes						0%
<b>Acesso aos banheiros e vestiários</b>	Com degraus		X	X			40%
	Com rampa						0%
	Com degraus e rampa						0%
	Sem degrau e sem rampa	X			X	X	60%
<b>Banheiros adaptados</b>		X				X	40%
<b>Vestiários adaptados</b>		X				X	40%
<b>Pisos antiderrapantes e regulares</b>		X	X	X		X	80%
<b>Pisos táteis para deficiente visual</b>							0%
<b>Portas automáticas</b>							0%
<b>Elevadores com painel em braile</b>							0%
<b>Equipamentos adaptados para exercícios</b>							0%
<b>Balcões acessíveis para pessoas que utilizam cadeira de rodas</b>					X	X	40%
<b>Bebedouros e pias adaptados para pessoas que utilizam cadeira de rodas</b>							0%
<b>Bebedouros e pias com sensores</b>							0%

Fonte: Elaboração própria

Na tabela acima estão indicados todos os quesitos presentes na ficha de observação da infraestrutura com suas respectivas respostas de acordo com cada academia observada.

Para isso, os instrumentos de pesquisa foram codificados por um número (1, 2, 3, 4, 5) para serem analisados e agrupados a fim de facilitar a exposição dos resultados.

Com as informações obtidas podemos observar que das 5 (cinco) academias visitadas em Pindamonhangaba, no que diz respeito ao acesso a porta de entrada, 4 (quatro) delas estavam de acordo com a NBR 9050/04 (ABNT, 2004), pois apesar de em 2 (duas) delas a entrada ser através de rampa, em 1 (uma) através de degraus e rampa e 1 (uma) não necessitar de rampa por ser de piso de mesmo nível, em 1 (uma) das academias a avaliação foi negativa, visto que o portão lateral à catraca de acesso não tinha a largura adequada para passagem de pessoas que utilizam cadeira de rodas, muletas e/ou andadores, o que contraria esta norma que além de determinar que os acessos aos ambientes sejam eles públicos ou privados, quando houver escadas ou degraus, devem estar associadas a uma rampa com as devidas adequações previstas, ela também deixa claro que as portas de entrada devem ser amplas, com sinalização e sem barreiras físicas. Mesmo sem a devida adequação encontrada em uma das academias pesquisadas em Pindamonhangaba, podemos especular uma possível melhoria nos últimos anos, pois quando observamos este mesmo quesito nas pesquisas feitas por Palma et. al (2011) em academias na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, que teve como objetivo analisar a acessibilidade e a participação em atividades físicas por pessoas com deficiência, observamos que das 14 (quatorze) academias pesquisadas, 10 (dez) delas o acesso a porta de entrada se dava por escada sem a presença de rampa o que pode demonstrar que vem crescendo a preocupação em estabelecer cada vez mais a acessibilidade às pessoas com deficiência, o que reforça os apontamentos de Bolonhini (2010), quando afirma que a acessibilidade é uma preocupação constante da arquitetura e urbanismo nas últimas décadas ao oferecer condições as pessoas com deficiência.

Com relação às áreas de circulação no interior das academias podemos observar que 2 (duas) delas encontra-se inadequadas para deslocamento de alunos que necessitam da utilização de cadeira de rodas ou muletas, contrariando a NBR 9050/04 (ABNT, 2004) que cita que esses espaços devem ser dimensionados, assegurando-se uma faixa de circulação livre de barreiras. Observou-se que nas 5 (cinco) academias pesquisadas os espaços permitem um livre acesso entre os equipamentos, porém nas 2 (duas) academias citadas o acesso aos banheiros e vestiários se davam somente através de degraus sem a presença de rampa de acesso o que poderia dificultar o deslocamento desses alunos o que seria um ponto negativo, pois através da criação dos espaços acessíveis é possível garantir autonomia, liberdade e

individualidade permitindo a integração e a participação de qualquer cidadão independente de suas limitações físicas e sensoriais (SOUZA et al. 2005).

Os banheiros e vestiários só foram considerados adaptados em 2 (duas) academias visitadas, pois as outras 3 (três) não apresentavam espaço suficiente nos boxes com chuveiros e nas áreas dos vasos sanitários bem como não possuíam corrimão/barra de segurança em nenhum desses ambientes, embora a adequação dos banheiros também seja um elemento fundamental para a frequência e permanência de alguns alunos com deficiência. Esse resultado (40%) ainda é inferior se comparado aos estudos de Lima et. al. (2018) cujo objetivo foi conhecer o nível de acessibilidade em algumas academias de ginástica da Barra da Tijuca na Zona Oeste do Rio de Janeiro onde os resultados apontaram que 53% das academias pesquisadas possuíam banheiros adaptados, mas podem ser considerados melhores se comparados a pesquisa de Palma et. al (2011) onde foi constatado que nenhuma academia visitada possuía banheiro adaptado.

Outro item analisado na infraestrutura das academias de musculação foi em relação ao tipo de piso, na qual 4 (quatro) das 5(cinco) academias cumpriam o quesito e possuíam pisos antiderrapantes e regulares de acordo com a NBR 9050/04 (ABNT, 2004) que define que os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas. Apesar de 80% das academias possuírem esse tipo de piso, em nenhuma delas observamos pisos táteis, ou seja, um piso diferenciado em textura e cor que tem como objetivo orientar e facilitar a percepção das pessoas com baixa visão e deficiência visual.

Nenhuma das academias visitadas possuem portas automáticas, corrimões com placas em braile para deficientes visuais, bebedouros e pias com sensores ou adaptados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, elevadores com painel em braile (em 3 delas a área de musculação fica na parte superior do prédio) ou algum tipo de equipamento adaptado ou específico para pessoas com deficiência, porém em 2 delas podemos observar que possuíam balcões acessíveis para pessoas que utilizam cadeira de rodas.

## **Questionário**

Os resultados obtidos no questionário preenchido pelos gestores/responsáveis apontam que 100% das academias de musculação visitadas em Pindamonhangaba já atenderam pessoas com algum tipo de deficiência, sendo em 4 (quatro) delas a procura por pessoas com deficiência física, 3 (três) com deficiência visual e 2 (duas) com deficiência

auditiva. Também podemos observar nas respostas que todas as academias entrevistadas possuem atualmente alunos com algum tipo de deficiência praticando musculação. 3 (três) dessas academias são frequentadas por alunos com deficiência física e visual e em 2 (duas) delas por alunos com deficiência auditiva, o que nos leva a pensar que aparentemente está melhorando a procura por essa parcela da população, pois os estudos realizados por Amorim et. al (2011) em São José/SC apontam que em 8 (oito) academias pesquisadas por eles, apenas 3 (três) haviam relatado ter atendido em algum momento pessoas com algum tipo de deficiência e em apenas 2 (duas) dessas academias existiam alunos com deficiência praticando musculação.

Um ponto muito importante nessa pesquisa foram as respostas que indicaram queda de acordo com a percepção dos gestores/responsáveis, em todas as academias o nível de aceitação por parte dos alunos não deficientes em relação aos alunos com algum tipo de deficiência foi satisfatória, com isso podemos inferir que esses alunos são bem aceitos e provavelmente se sentem incluídos nesse meio social.

Quando perguntado se atualmente existem profissionais capacitados e treinados para atenderem alunos com deficiência física, visual e auditiva, de acordo com as opções as respostas também foram muito satisfatórias, pois na opinião dos gestores/responsáveis a preparação de seus colaboradores foi considerada “excelente” em 4 (quatro) das academias e “Muito Bom” em 1 (uma) das academias visitadas, visto que, nas pesquisas realizadas por Lima et al. (2018), somente 20% das 15 (quinze) academias relataram possuir profissionais capacitados e treinados para esta finalidade.

Quando perguntado aos gestores/responsáveis se eles acham que a falta de acessibilidade e equipamentos adaptados influenciam aos deficientes físicos, visuais e auditivos a não praticarem musculação, 4 (quatro) responderam que sim, isso indica uma necessidade e consciência de oferecer uma estrutura adequada a esses alunos. 1 (um) dos gestores/responsáveis responderam que não porém o direito a acessibilidade é um meio de garantir que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida possam desfrutar do direito de circularem e se utilizarem dos espaços de forma plena e livre de barreiras (LIMA et al. 2018).

## CONCLUSÃO

Com os resultados obtidos, se tratando de acessibilidade, podemos concluir que mesmo com a lei destinada a assegurar e a promover a inclusão social e cidadania de pessoas com deficiência, ainda são grandes as barreiras enfrentadas por eles ao ingressarem nas academias de musculação, pois essas academias ainda não apresentaram de maneira geral um ambiente totalmente acessível para alunos com deficiência. Mesmo que 100% das academias visitadas ofereçam espaços adequados para deslocamento entre equipamentos, essas pessoas ainda se deparam com obstáculos que dificultam a utilizarem outros ambientes (estacionamento, banheiro, vestiários e etc). É notável a busca pela melhoria por parte de alguns gestores/administradores ao longo dos anos, mas pode-se observar que as academias ainda se encontram em um processo lento para tornar seu espaço adaptado e adequado.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, podemos observar que, de acordo com os gestores/responsáveis, em todas as academias de musculação visitadas os alunos com alguma deficiência que ali frequentam, estão sendo bem tratados e aceitos por todos. Uma limitação dessa pesquisa foi não ter entrevistado também os alunos com deficiência, mas as orientações de isolamento social durante a pandemia nos fizeram deixar essa etapa para outro momento.

Contudo, podemos observar que 100% das academias pesquisadas já tiveram procura e possuem atualmente alunos com algum tipo de deficiência, isso nos demonstra que existe uma demanda e que as pessoas com deficiência se interessam e querem exercer a modalidade da musculação.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, A. k. A. **Acessibilidade de pessoas com deficiência física nas academias de musculação de São José/SC**. Educação Física Bacharelado-Pedra Branca, 2011.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004.) **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. NBR 9050.

BOLONHINI, J. R. **Portadores de necessidades especiais**: as principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui o Código federal. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Subchefia para Assuntos Jurídicos, p. 1-, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 11 abr. 2021.

DINIZ, Debora *et al.* Deficiência, Dir. Humanos e Justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, ed. 11, p. 65-77, 2009.

FÁVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia e igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. **Problematizando o problema da deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade**, Rio de Janeiro, p. 362, jun. 2016.

LIMA, k.N. et al. **Os desafios encontrados pelos deficientes para o ingresso nas academias de ginástica da barra da tijuca no rio de janeiro**, revista da associação brasileira de atividade motora adaptada, v. 19, n. 1, set. 2018.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MUTTI, L. C. et al. **Os Benefícios dos Exercícios Resistidos na Melhoria da Capacidade Funcional e Saúde dos Paraplégicos**. Revista Brasileira Medicina do Esporte: Niterói, v. 16, n. 6, dezembro 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-86922010000600014&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922010000600014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 abr. 2021.

PALMA, L.E. et al. **Acessibilidade e academias de ginástica**: a participação das pessoas com deficiência. EFDeportes.com, Buenos Aires, v.15, n.152, 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd152/acessibilidade-e-academias-de-ginastica.htm>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PITANGA, F. J. G. **Epidemiologia da atividade Física, Exercício Físico e Saúde**. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2004.

SOUZA, F. A. M. et. al. Acessibilidade e Cidadania: eliminando barreiras físicas e promovendo igualdade. In: **Ananias do VIII Congresso Ibero-Americano de Extensão**: Rio de Janeiro, 2005.

[Capa](#) > [Sobre a revista](#) > [Submissões](#)

## Submissões

- [Submissões Online](#)
- [Diretrizes para Autores](#)
- [Declaração de Direito Autoral](#)
- [Política de Privacidade](#)

## Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Revista Eletrônica de Ciências Humanas?  
[ACESSO](#)

Não tem login/senha?  
[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

## Diretrizes para Autores

Os trabalhos devem ser redigidos em português, com uso obrigatório da norma culta. Os nomes dos autores, bem como a afiliação institucional de cada um, devem ser inseridos nos campos adequados a serem preenchidos durante a submissão e devem aparecer no arquivo. A Revista Eletrônica de Ciências Humanas sugere que o número máximo de autores por artigo seja 6 (seis). Artigos com número superior a 6 (seis) serão considerados exceções e avaliados pelo Conselho Editorial que poderá solicitar a adequação. **Pesquisas feitas com seres humanos e animais devem, obrigatoriamente, citar a aprovação da pesquisa pelo respectivo Comitê de Ética, citando o protocolo de aprovação.** O não atendimento de tal proposta pode implicar em recusa de sua publicação. Da mesma forma, o plágio implicará na recusa do trabalho.

Os autores dos artigos aceitos poderão solicitar a tradução do artigo para língua inglesa aos tradutores indicados pela revista e reenviar. Os custos com a tradução serão de responsabilidade dos autores.

O periódico disponibilizará aos leitores o conteúdo digital em ambos os idiomas, português e inglês.

O uso da norma culta da Língua Portuguesa e a obediência às normas da Revista são de total responsabilidade dos autores. A não obediência a esses critérios implicará na recusa imediata do trabalho.

### APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Sugere-se um número máximo de 20 páginas, incluindo referências, figuras, tabelas e quadros. Os textos devem ser digitados em **Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, justificado, exceto Resumo e Abstract.** Devem ser colocadas margens de 2 cm em cada lado.

As Figuras: gráficos, imagens, desenhos e esquemas deverão estar inseridas no texto, apresentar boa qualidade, estar em formato JPEG, com resolução de 300dpi com 15cm x 10cm. O número de figuras deve ser apenas o necessário à compreensão do trabalho. Não serão aceitas imagens digitais artificialmente 'aumentadas' em programas computacionais de



edição de imagens. As figuras devem ser numeradas em algarismos arábicos segundo a ordem em que aparecem e suas legendas devem estar logo abaixo.

Tabelas e Quadros: deverão ser numerados consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçados pelo título. As tabelas e os quadros devem estar inseridos no texto. Não serão admitidas as tabelas e quadros inseridos como Figuras.

Títulos de tabelas e quadro e legendas de figuras deverão ser escritos em tamanho 11 e com espaço simples entre linhas.

Citação no texto: deve-se seguir as Normas da ABNT (NBR 10520, 2003). As citações deverão aparecer no texto, seguidas pelo ano de publicação. As chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título podem ser: a) incluídas na sentença: sobrenome (ano). Ex.: Gomes, Faria e Esper (2006) ou b) entre parênteses: (SOBRENOME, ano). Ex.: (GOMES; FARIA; ESPER, 2006). Quando se tratar de citação direta (transcrição literal), indicar, após o ano, a página de onde o texto foi extraído. O trecho transcrito deverá estar entre aspas quando ocupar até três linhas. As citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, ser escritas com letra menor que a do texto utilizado, com espaçamento entre linhas menor do que o utilizado no texto e sem aspas. Citações indiretas de vários documentos simultaneamente devem constar em ordem alfabética (como nas referências). Citação de citação: autor citado (ano apud AUTOR, ano). Deve-se fazer a referência do autor lido. Ex.: Pádua (1996 apud FERNANDES, 2012, p. 5) salienta que “[...] pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas [...]”.

Teses, dissertações e monografias, solicitamos que sejam utilizados apenas documentos dos **últimos três anos** e quando não houver o respectivo artigo científico publicado em periódico. Esse tipo de referência deve, obrigatoriamente, **apresentar o link** que remeta ao cadastro nacional de teses da CAPES e aos bancos locais das universidades que publicam esses documentos no formato pdf.

Grafia de termos científicos, comerciais, unidades de medida e palavras estrangeiras: os termos científicos devem ser grafados por extenso, em vez de seus correspondentes simbólicos abreviados. Para unidades de medida, deve-se utilizar o Sistema Internacional de Unidades. Palavras em outras línguas devem ser evitadas nos textos em português, utilizar preferentemente a sua tradução. Na impossibilidade, os termos estrangeiros devem ser grafados em itálico. Toda abreviatura ou sigla deve ser escrita por extenso na primeira vez em que aparecer no texto.

## **ESTRUTURA DO ARTIGO**

**PESQUISAS ORIGINAIS** devem ter no máximo 20 páginas com até 40 citações; organizar da seguinte forma:

**Título em português:** caixa alta, centrado, negrito, conciso, com um máximo de 25 palavras;

**Título em inglês** (obrigatório): caixa alta, centrado. Versão do título em português;

**Autor(es):** O(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es) e identificação da Sociedade ou Instituições a que está(ão) vinculado(s). Indicar com asterisco o autor de correspondência. Ao final das afiliações fornecer o e-mail do autor de correspondência.

**Resumo:** parágrafo único sem deslocamento, fonte tamanho 11, espaço 1, justificado, contendo entre 150 e 250 palavras. Deve conter a apresentação concisa de cada parte do trabalho, abordando objetivo(s), método, resultados e conclusões. Deve ser escrito sequencialmente, sem subdivisões. Não deve conter símbolos e contrações que não sejam de uso corrente nem fórmulas, equações, diagramas;

**Palavras-chave:** de 3 a 5 palavras-chave, iniciadas por letra maiúscula, separadas e finalizadas por ponto.

**Abstract** (obrigatório): fonte tamanho 11, espaço 1, justificado, deve ser a tradução literal do resumo;

**Keywords: a apresentação deverá ser a mesma das Palavras-chave em Português.**

**Introdução:** deve apresentar o assunto a ser tratado, fornecer ao leitor os antecedentes que justificam o trabalho, incluir informações sobre a natureza e importância do problema, sua relação com outros estudos sobre o mesmo assunto, suas limitações. Essa seção deve representar a essência do pensamento do pesquisador em relação ao assunto estudado e apresentar o que existe de mais significativo na literatura científica. Os objetivos da pesquisa devem figurar como o último parágrafo desse item.

**Método:** destina-se a expor os meios dos quais o autor se valeu para a execução do trabalho. Pode ser redigido em corpo único ou dividido em subseções. Especificar tipo e origem de produtos e equipamentos utilizados. Citar as fontes que serviram como referência para o método escolhido.

**Pesquisas feitas com seres humanos e animais devem, obrigatoriamente, citar a aprovação da pesquisa pelo respectivo Comitê de Ética, citando o protocolo de aprovação.**

**Resultados:** Nesta seção o autor irá expor o obtido em suas observações. Os resultados poderão estar expressos em quadros, tabelas, figuras (gráficos e imagens). Os dados expressos não devem ser repetidos em mais de um tipo de ilustração.

**Discussão:** O autor, ao tempo que justifica os meios que usou para a obtenção dos resultados, deve contrastar esses com os constantes da literatura pertinente; estabelecer relações entre causas e efeitos; apontar as generalizações e os princípios básicos, que tenham comprovações nas observações experimentais; esclarecer as exceções, modificações e contradições das hipóteses, teorias e princípios diretamente relacionados com o trabalho realizado; indicar as aplicações teóricas ou práticas dos resultados obtidos, bem como, suas limitações; elaborar, quando possível, uma teoria para explicar certas observações ou resultados obtidos; sugerir, quando for o caso, novas pesquisas, tendo em vista a experiência adquirida no desenvolvimento do trabalho e visando a sua complementação.

**Conclusões:** Devem ter por base o texto e expressar com lógica e simplicidade o que foi demonstrado com a pesquisa, não se permitindo deduções. Devem responder à proposição.

**Agradecimentos** (opcionais): O autor deve agradecer às fontes de fomentos e àqueles que contribuíram efetivamente para a realização do trabalho. Agradecimento a suporte técnico deve ser feito em parágrafo separado.

**Referências** (e não bibliografia): Espaço simples entre linhas e duplo entre uma referência e a próxima. A lista completa de referências, no final do artigo, deve ser apresentada em ordem alfabética e de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023, 2003). Quando a obra tiver até três autores, todos devem ser citados. Mais de três autores, indicar o primeiro, seguido de et al. Alguns exemplos:

Artigo publicado em periódico:

LUDKE, M.; CRUZ, G. B. dos. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005.

Artigo publicado em periódico em formato eletrônico:

SILVA JUNIOR, N. A. da. Satisfação no trabalho: um estudo entre os funcionários dos hotéis de João Pessoa. **Psico-USF**, Itatiba, v. 6, n. 1, p. 47-57, jun. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712001000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712001000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Livro (como um todo)

MENDONÇA, L. G. et al. **Matemática financeira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Capítulo de livro

MARTÍN, E.; SOLÉ, I. A aprendizagem significativa e a teoria da assimilação. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. cap. 3, p. 60-80.

## **ARTIGOS DE REVISÃO**

Poderão ser aceitos para submissão, desde que abordem temas de interesse, atualizados. Devem ser elaborados por pesquisadores com experiência no campo em questão ou por especialistas de reconhecido saber. Devem ter até 20 páginas, incluindo resumos, tabelas, quadros, figuras e referências. As tabelas, quadros e figuras limitadas a 06 no conjunto, devem incluir apenas os dados imprescindíveis. As figuras não devem repetir dados já descritos em tabelas. As referências bibliográficas devem ser limitadas a 60. Deve-se evitar a inclusão de número excessivo de referências numa mesma citação.

Devem conter: título em português e inglês, autores e afiliações, resumo e abstract (de 150 a 250 palavras), palavras-chave/keywords, introdução, método (como nos artigos de pesquisas originais) considerações finais (neste item serão retomadas as diferentes colocações dos autores estudados de maneira a conduzir a um fechamento, porém, não havendo conclusões definitivas), agradecimentos (caso necessário), referências.

Ou, em caso de artigos de revisão de literatura contendo metanálise, depois do item método deverá ser apresentado o item resultados (contendo a metanálise) e as conclusões.

## **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
- 7.

## **Declaração de Direito Autoral**

**Declaração de direito autoral**

Os autores devem revisar o trabalho antes de enviá-lo, autorizando sua publicação na Revista Eletrônica de Ciências Humanas.

Devem declarar que:

nem o trabalho, nem outro substancialmente semelhante em conteúdo, já tenha sido publicado ou está sendo considerado para publicação em outro periódico, no formato impresso ou eletrônico, sob sua autoria e conhecimento; o referido trabalho está sendo submetido à avaliação com a atual filiação dos autores; os autores ainda concordam que os direitos autorais referentes ao trabalho se tornem propriedade exclusiva da Revista Eletrônica de Ciências Humanas desde a data de sua submissão. No caso de a publicação não ser aceita, a transferência de direitos autorais será automaticamente revogada.

Todas as afiliações corporativas ou institucionais e todas as fontes de apoio financeiro ao trabalho estão devidamente reconhecidas.

Por conseguinte, os originais submetidos à publicação, deverão estar acompanhados de Declaração de Direitos Autorais, conforme modelo:

#### **DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS**

Nós, abaixo assinados, transferimos todos os direitos autorais do artigo intitulado (título) à Revista Eletrônica de Ciências Humanas.

Declaramos ainda que o trabalho é original e que não está sendo considerado para publicação em outra revista, quer seja no formato impresso ou no eletrônico. Certificamos que participamos suficientemente da autoria do manuscrito para tornar pública nossa responsabilidade pelo conteúdo.

Assumimos total responsabilidade pelas citações e referências bibliográficas utilizadas no texto, bem como pelos aspectos éticos que envolvem os sujeitos do estudo.

Data:

Assinaturas

## **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ISSN: 2594-7966

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor. Autorizo também a divulgação do arquivo no formato PDF no banco de monografias da Biblioteca institucional.

Claudemir Alberto do Espírito Santo; Stéfanie Epiphanyo Prado da Silva.

Pindamonhangaba, Novembro de 2021.